



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL
Estado do Paraná
Rua Expedicionário João Maria, 1020 – Centro – 85301-410
CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100


ESCOLA VICENTINA SANTA ANA PROVINCIA BRASILEIRA DA CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS FILHAS DA CARIDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO, MANTENEDORA DO CENTRO DE MENINOS E MENINAS INTEGRADOS NA COMUNIDADE – CEMMIC.

IRMÃ SILVANE FRASSON
Diretora

Testemunhas:

LENON SIMEONI
CPF: 072.900.069-92

GILSON FERREIRA CELLA
CPF: 581.368.519-72



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL
Estado do Paraná
Rua EXP. João Maria, nº 1020, eq. Av. Santos Dumont – Centro – Cx. Postal 121 – 85.301-410
CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100 Fax: (42) 3635-8136
<http://www.la.pr.gov.br>

GABINETE DO PREFEITO
Gestão 2025/2028
LEI Nº 061/2025
09/12/2025

SÚMULA: Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Laranjeiras do Sul para o Exercício Financeiro de 2.026.

A CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE

LEI:

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de Laranjeiras do Sul Estado do Paraná, para o exercício financeiro de 2026, compreendendo o Orçamento Fiscal, o da Seguridade Social do Município e os Fundos Municipais, estima a Receita em R\$ 229.000.000,00 (Duzentos e Vinte e Nove Milhões de Reais), assim distribuídos:


I – R\$ 194.000.000,00 (Cento e Noventa e Quatro Milhões de Reais), do Orçamento Fiscal referente aos Poderes Executivo, Legislativo e aos Fundos Municipais de contabilidade centralizados legalmente instituídos;

II – R\$ 35.000.000,00 (Trinta e Cinco Milhões de Reais), do Orçamento da Seguridade Social do Município que compreende o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Laranjeiras do Sul.

Art. 2º - As Receitas consolidadas do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social serão realizadas de acordo com a legislação específica em vigor segundo as seguintes estimativas:

I – RECEITAS DE CONTABILIZAÇÃO CENTRALIZADA
ADMINISTRAÇÃO DIRETA E FUNDOS CENTRALIZADOS

-RECEITAS CORRENTES	210.986.000,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	37.390.000,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	6.105.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	785.000,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	50.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	100.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	165.156.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.400.000,00
- RECEITAS DE CAPITAL	2.250.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	150.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.100.000,00



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL
Estado do Paraná
Rua EXP. João Maria, nº 1020, eq. Av. Santos Dumont – Centro – Cx. Postal 121 – 85.301-410
CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100 Fax: (42) 3635-8136
<http://www.la.pr.gov.br>

GABINETE DO PREFEITO
Gestão 2025/2028


TOTAL	213.236.000,00
(+) DEDUÇÕES PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	19.236.000,00
(=) TOTAL LÍQUIDO	194.000.000,00

II – RECEITAS DE CONTABILIZAÇÃO DESCENTRALIZADAS
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE LARANJEIRAS DO SUL

- RECEITAS CORRENTES	35.000.000,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	8.100.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	6.700.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.300.000,00
RECEITAS CORRENTES – INTRAORÇAMENTÁRIAS	18.900.000,00
DEFICIT TRANSFERÊNCIAS DO MUNICÍPIO	0,00
TOTAL INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA	35.000.000,00
TOTAL LÍQUIDO	35.000.000,00
TOTAL DA RECEITA CONSOLIDADA	229.000.000,00

Art. 3º - A Despesa Fixada no Orçamento Fiscal da Administração Direta e Fundos Centralizados é de R\$ 193.800.000,00 (Cento e Noventa e Três Milhões e Oitocentos Mil Reais), discriminadas por Órgãos na forma no anexo IX – Despesa por Órgãos e Funções conforme abaixo descrito:

PODER LEGISLATIVO	6.200.000,00
CÂMARA MUNICIPAL	
PODER EXECUTIVO	
GOVERNO MUNICIPAL	
PROCURADORIA GERAL	1.177.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	812.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E GESTÃO	630.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	419.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO	8.647.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	1.774.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	47.260.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO	66.051.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE VIACÃO	13.018.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES	7.131.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSIST SOCIAL E SEG DA FAMÍLIA	3.375.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL AGRICULT ABAST E MEIO AMBIENTE	7.928.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA	6.550.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE	1.287.000,00
CONTROLADORIA INTERNA	316.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO	455.000,00
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	920.000,00
	16.880.000,00



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL
Estado do Paraná
Rua EXP. João Maria, nº 1020, eq. Av. Santos Dumont – Centro – Cx. Postal 121 – 85.301-410
CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100 Fax: (42) 3635-8136
<http://www.la.pr.gov.br>

GABINETE DO PREFEITO
Gestão 2025/2028

RESERVA DE CONTINGENCIA	950.000,00
SOMA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E FUNDOS CENTRALIZADOS	193.800.000,00
(+) SUPERÁVIT PARA TRANSFERÊNCIAS FUNDO PREVIDENCIA	200.000,00
TOTAL ADMINISTRAÇÃO DIRETA E FUNDOS CENTRALIZADOS	193.800.000,00

Art. 4º - A Despesa Fixada no Orçamento da Seguridade Social é de R\$ 35.200.000,00 (Trinta e Cinco Milhões e Duzentos Mil Reais), discriminada por Órgãos na forma no anexo IX – Despesa por Órgãos e Funções conforme abaixo descrito:

-INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DE LARANJEIRAS DO SUL	
TOTAL DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	35.200.000,00
TOTAL DESPESA CONSOLIDADA	229.000.000,00

Art. 5º - A despesa fixada está distribuída por categorias econômicas e funções de governo de conformidade com o anexo II e VI, integrantes desta Lei.

Art. 6º - São aprovados os Planos de Aplicação dos seguintes Fundos Municipais de contabilidade centralizada, integrantes do Orçamento Fiscal, nos termos do Parágrafo 2º do artigo 2º da Lei Federal 4.320/64 de 17 de março de 1.964.

I – **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LARANJEIRAS DO SUL**, criado pela Lei Municipal N.º 038/2009 de 26/10/2009, que fixa as despesas a serem realizadas pelo mencionado Fundo no exercício de 2026, na importância de R\$ 42.829.000,00;

II – **FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**, criado pela Lei Municipal N.º 149/1992 de 14/10/1992, que fixa as despesas a serem realizadas pelo citado Fundo no exercício de 2026, na importância de R\$ 789.000,00;

III – **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – FAS**, criado pela Lei Municipal N.º 036/2022 de 18/10/2022, que fixa as despesas a serem realizadas pelo mencionado Fundo no exercício de 2026, na importância de R\$ 1.355.000,00;

IV – **FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA**, criado pela Lei Municipal N.º 053/2016 de 14/09/2016, que fixa as despesas a serem realizadas pelo mencionado Fundo no exercício de 2026, na importância de R\$ 601.000,00;

V – **FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE – FMAAMA**, criado pela Lei Municipal N.º 037/2023 de 11/09/2023 que fixa as despesas a serem realizadas pelo mencionado Fundo no exercício de 2026, na importância de R\$ 25.000,00;

Art. 7º - Fica igualmente aprovado o Orçamento da **FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR DE LARANJEIRAS DO SUL**, entidade de administração indireta instituída pela Lei Municipal N.º 25/1999 de 16/12/1999, de contabilização centralizada, integrante do Orçamento Fiscal do Município, cuja fixação orçamentária para o exercício de 2026, somou a importância de R\$ 11.000,00;

Art. 8º - O Orçamento da Seguridade Social do Município, relativo ao **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE LARANJEIRAS DO SUL**, criado pela Lei Municipal N.º 046/2001 de 26/12/2001, de contabilidade descentralizada, é fixado para o exercício de 2026 em R\$ 35.200.000,00 (Trinta e Cinco Milhões e Duzentos Mil Reais).

Art. 9º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, em consonância, com o artigo 36, da Lei Municipal N.º 039/2025 de 16/09/2025 – Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, para o exercício de 2026 a:

I – realizar Operações de Crédito por Antecipação da Receita, até o limite previsto na legislação vigente;

II – realizar Operações de Crédito, até o limite definido em Lei específica;

III – proceder à abertura de créditos adicionais suplementares ao Orçamento Fiscal até o limite de 30% (Trinta Por Cento), do total geral da receita fixada para o exercício de 2026, conforme autorizado no artigo 36 da Lei Municipal N.º 039/2025, LDO 2026, e nos termos da legislação vigente, utilizando-se como recursos para a cobertura dos mesmos os provenientes da anulação total ou parcial de dotações nos termos do inciso III, e o excesso de arrecadação de recursos livres e vinculados consoante ao estabelecido no inciso II, ambos do parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal N.º 4320/64 de 17/03/64;

IV – proceder à abertura de créditos adicionais suplementares utilizando como recursos o previsto no inciso I, parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64, até o limite da efetiva existência dos recursos de Superávit Financeiro nas fontes de recursos livres e vinculados, devidamente apurados no Balanço Patrimonial do exercício anterior;

V – proceder à abertura de créditos adicionais suplementares utilizando como recursos o previsto no inciso II do Parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64, mediante a efetiva ocorrência da tendência de Excesso de Arrecadação nas respectivas fontes de recursos vinculadas e não vinculadas;

VI – proceder à abertura de créditos adicionais suplementares utilizando como recurso o previsto no inciso IV do Parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal N.º 4.320/64, tendo como limite o valor dos respectivos instrumentos jurídicos de crédito celebrados no exercício;

VII – transportar, remanejar ou transferir recursos, de uma para outra categoria econômica ou de um para outro órgão programa ou projeto/atividade, nos termos do inciso VI do artigo 167 da Constituição Federal e também proceder ao remanejamento e a compensação entre fontes, e a criação de fontes de recursos dentro da mesma dotação orçamentária quando da abertura de créditos adicionais que utilizem como recurso o cancelamento de dotações;

VIII - proceder à utilização de recursos do cancelamento da dotação de Reserva de Contingência, para a cobertura de créditos adicionais abertos, para o atendimento das situações especificadas no Demonstrativo de Riscos Fiscais e Provisões;

§ 1º - A abertura dos Créditos autorizados nos incisos IV, V e VI, não são considerados para fins do limite da autorização constante do Inciso III.


§ 2º - A autorização contida no inciso III é extensiva ao Presidente da Câmara Municipal no que diz respeito ao Orçamento próprio do Poder Legislativo Municipal, e ao Prefeito Municipal, no que diz respeito ao Orçamento da Seguridade Social, considerando-se como limite definido em relação ao total da despesa fixada nos respectivos orçamentos.

Art. 10 – Na abertura dos créditos adicionais autorizados no artigo anterior ou decorrentes de autorizações específicas com recursos provenientes de cancelamento de dotações transpostas, ficam autorizados o Executivo Municipal e o Legislativo Municipal a efetuar programas, fundos ou categorias de programação dentro da respectiva esfera de governo nos termos do inciso VI do artigo 167 da Constituição Federal e utilizar as dotações da Reserva de Contingência para cobertura de Créditos Adicionais abertos para o atendimento das situações especificadas no Demonstrativo de Riscos Fiscais e Provisões da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 11 – O Poder Executivo fica ainda autorizado a tomar medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, nos termos da legislação vigente a realizar operações de crédito por antecipação da receita até o limite permitido.

Art. 12 – Fica autorizada a redistribuição e o remanejamento das dotações de despesas de pessoal previstas no caput do artigo 18 da Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2.000, na mesma unidade orçamentária ou de uma para outra unidade orçamentária os programas de governo consoante o previsto no parágrafo único do artigo 66 da lei federal 4.320/64.

Art. 13 – Fica autorizado o Executivo Municipal a reequilibrar a codificação de órgãos, unidades orçamentárias, funcional e outras relacionadas à previsão da receita e a fixação da despesa constantes dos anexos integrantes do orçamento fiscal e seguridade social para o Plurianual PPA 2026/2029, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO 2026 (Lei N.º 039/2025), e com o layout do sistema SIMAM, definido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL
Estado do Paraná
Rua EXP. João Maria, nº 1020, eq. Av. Santos Dumont – Centro – Cx. Postal 121 – 85.301-410
CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100 Fax: (42) 3635-8136
<http://www.la.pr.gov.br>

GABINETE DO PREFEITO
Gestão 2025/2028

Parágrafo Único – A readequação será formalizada por Decreto do Executivo Municipal até 31/12/2025, e deverá se proceder à republicação dos quadros, anexos e demonstrativos que integram os orçamentos ora aprovados.


Art. 14 – Fica o Chefe do Poder executivo Municipal autorizado, nos termos do Art. 62 da Lei Complementar 101 de 2000 a custear despesas de competência de outras esferas de governo no concernente a Segurança Pública, Assistência Jurídica, Serviço de Transito e incentivo ao Emprego, mediante prévio firmamento de convenio, ou instrumento congêner.

Art. 15 – É publicado em anexo a esta Lei o Quadro I contendo a atualização da estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado a que se refere o artigo 40 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026 (Lei nº 39/2025).

Art. 16 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de Janeiro de 2.026, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Laranjeiras do Sul, 09 de dezembro de 2.025.

JAISON RODRIGO MENDES
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL
Estado do Paraná
Rua EXP. João Maria, nº 1020, eq. Av. Santos Dumont – Centro – Cx. Postal 121 – 85.301-410
CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100 Fax: (42) 3635-8136
<http://www.la.pr.gov.br>

GABINETE DO PREFEITO
Gestão 2025/2028
LEI Nº 062/2025
09/12/2025

SUMULA: AUTORIZA REDUZIR ALÍQUOTA DO IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS POR ATO ONEROSO, "INTER VIVOS" – ITBI, NO PERÍODO QUE ESPECÍFICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE

LEI:

Art. 1º Autoriza reduzir a alíquota do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis por ato oneroso "inter vivos" – ITBI, previsto no art. 204 e 210 da Lei Municipal nº 047/2001 – Código Tributário Municipal, fica temporariamente reduzida em 50% (cinquenta por cento), no período de 02 de fevereiro de 2026 a 31 de julho de 2026.

§1º Fica o Poder Executivo autorizado, mediante justificativa, a prorrogar o prazo de redução da alíquota por até 15 (quinze) dias, mediante decreto.

§2º A redução poderá ser aplicada a todos os fatos geradores ocorridos até o término do período previsto no caput deste artigo, inclusive para escrituras públicas lavradas até 31 de dezembro de 2024, aplicando-se também aos créditos tributários devidamente constituídos, desde que ainda não extintos.

§3º O recolhimento deverá ser realizado em pagamento único, no prazo de até 15 (quinze) dias contados da emissão do boleto bancário.

§4º Esta lei autoriza a extinção do crédito tributário mediante o instituto da compensação tributária, a pedido do contribuinte, abrangendo créditos tributários líquidos e certos, com o lançamento do ITBI.


§5º A forma de avaliação já esta prevista na Lei Municipal nº 047/2001 – Código Tributário Municipal.

Art. 2º Decorrido o período estabelecido no caput do artigo anterior, todos os fatos geradores, inclusive os ocorridos naquele período e não recolhidos no prazo previsto em seu §3º, serão tributados pelas alíquotas estabelecidas no art. 210 da Lei Municipal nº 047/2001 – Código Tributário Municipal.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do exercício fiscal seguinte.

Gabinete do Prefeito Municipal de Laranjeiras do Sul, em 09 de dezembro de 2025.

JAISON RODRIGO MENDES
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL
Estado do Paraná
Rua EXP. João Maria, nº 1020, eq. Av. Santos Dumont – Centro – Cx. Postal 121 – 85.301-410
CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100 Fax: (42) 3635-8136
<http://www.la.pr.gov.br>

GABINETE DO PREFEITO
Gestão 2025/2028
LEI Nº 063/2025
09/12/2025

SÚMULA: AUTORIZA O MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL A RECEBER, POR DOAÇÃO COM ENCARGO, ÁREAS DE TERRAS PARA FINS DE IMPLANTAÇÃO DE VIA PÚBLICA, E A REALIZAR SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber, por doação com encargo, de MARCOS LUIZ SCHINETSKI DO NASCIMENTO, brasileiro, inscrito no CPF nº 544.468.809-34, áreas de terras destinadas à implantação de avenida pública, no âmbito do Contrato de Repasse nº 944734/2023/MCIDADES/CAIXA, firmado entre o Ministério das Cidades e o Município de Laranjeiras do Sul.

Parágrafo único. As áreas referidas no caput totalizam 9.037,00 m² (nove mil e trinta e sete metros quadrados), sendo partes ideais dos imóveis registrados nas matrículas nº 131, nº 43.992 e nº 36.376, do Cartório de Registro de Imóveis de Laranjeiras do Sul – PR, conforme delimitação constante nos memoriais descritivos e croquis anexos ao processo administrativo municipal.

Art. 2º A doação será formalizada mediante instrumento particular, com cláusula expressa de irrevogabilidade e irretroatividade, e encargo de destinação exclusiva à implantação de via pública.

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a executar, com contrapartida pela doação e em razão da economia gerada pela não realização de procedimento expropriatório, os serviços de terraplanagem na área remanescente do loteamento de propriedade do doador.

§1º O serviço de terraplanagem será executado por meio de processo licitatório, conforme legislação vigente (Lei nº 14.133/2021), com base em orçamento estimado de R\$ 170.966,27 (cento e setenta mil, novecentos e sessenta e seis reais e vinte e sete centavos), e ART nº 172023585417.

§2º A execução dos serviços fica condicionada à aprovação do loteamento do doador junto ao Município, nos termos da legislação urbanística municipal.